



A RESISTÊNCIA ENQUANTO PERSISTÊNCIA NO CAMPO EM MOITA BONITA-SE

Tays Almeida dos Santos

Luana Monteiro do Nascimento

Islane Silva Batista

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a resistência enquanto persistência camponesa de Moita Bonita, do Estado de Sergipe. Leva-se em conta a investigação da estrutura fundiária do município nos anos de 1985, 1995/1996 e 2006, a predominância na pequena propriedade e a ênfase na diversificação dos cultivos, tais como batata doce, mandioca, amendoim, feijão, banana e hortaliças. Também, a utilização dos dados do Censos Agropecuários de 1985, 1995/96 e 2006 e as entrevistas com pequenos produtores contribuem para compreensão da realidade camponesa do município. A partir dos dados, elaboram-se a Curva de Lorenz, com base em José Alexandre Felizola Diniz (1982), os resultados do Índice de Gini, tendo como referência Handresha da Rocha Santos (2016), e o gráfico da predominância atrelado à elaboração dos mapas do *déficit* habitacional e da pobreza, tudo no intuito de averiguar a permanência camponesa em Moita Bonita nos anos em questão. E, por fim, a fundamentação teórica parte dos levantamentos bibliográficos, aliados à coleta de dados no SIDRA-IBGE, para mapear os principais cultivos do município.

Palavras-chave: Campesinato; Resistência; Persistência.

RESISTANCE WHILE PERSISTENCE IN THE FIELD IN MOITA BONITA-SE

ABSTRACT

This article aims to analyze resistance as a peasant persistence in Moita Bonita, in the state of Sergipe, highlighting the analysis of the municipality's land structure in the years 1985, 1995/1996 and 2006 with predominance in small properties. Focusing on the diversification

of crops, such as sweet potatoes, cassava, peanuts, beans and bananas, in addition to vegetables. For the research, data from the Agricultural Censuses of 1985, 1995/96 and 2006 were used, as well as interviews with small producers to understand the peasant reality of the municipality. With the respective data, the Lorenz Curve was elaborated based on DINIZ (1982) and the results of the Gini Index, based on SANTOS (2016), in addition to the graph of the predominance of properties, linked to the elaboration of the housing deficit maps and poverty, to prove the peasant stay in Moita Bonita, between those years analyzed. Bibliographical surveys were also carried out, for theoretical foundation, together with data collection at SIDRA-IBGE, of the main cultivars in the municipality.

Keywords: Peasantry; Resistance; Persistence.

RESISTENCIA MIENTRAS PERSISTENCIA EN EL CAMPO EN MOITA BONITA-SE

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la resistencia como una persistencia campesina en Moita Bonita, en el estado de Sergipe, destacando el análisis de la estructura de la tierra del municipio en los años 1985, 1995/1996 y 2006 con predominio en pequeñas propiedades. Centrándose en la diversificación de cultivos, como batatas, yuca, maní, frijoles y plátanos, además de verduras. Para la investigación, se utilizaron datos de los Censos Agropecuarios de 1985, 1995/96 y 2006, así como entrevistas con pequeños productores para comprender la realidad rural del municipio. Con los datos respectivos, la Curva de Lorenz se elaboró con base en DINIZ (1982) y los resultados del Índice de Gini, con base en SANTOS (2016), además del gráfico de predominio de propiedades, vinculado a la elaboración de mapas de déficit de vivienda y pobreza, para probarla estancia campesina en Moita Bonita, entre los años analizados. También se realizaron encuestas bibliográficas, para fundamento teórico, junto con la recopilación de datos en SIDRA-IBGE, de los principales cultivares en el municipio.

Palabras llave: Campesinado; Resistencia; Persistencia.

INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro tem sua estruturação de posse da terra marcada pela alta concentração fundiária, proveniente do processo histórico que, por meio da doação de terras pela Coroa Portuguesa aos donatários (Capitanias Hereditárias) e pela Lei de Terras 1850 (passa a ser adquirida somente por meio da compra), favoreceu-a até os dias atuais. Essa estrutura fundiária gerou desigualdades, fome e pobreza, pois, ao passo que uma mínima parcela de pessoas é proprietária de extensos latifúndios, outra enorme parte é proprietária de minifúndios ou pequenas propriedades. Assim, dentre os vários problemas que assolam o

país, é notória a desigual distribuição das suas terras e a extrema necessidade de uma Reforma Agrária ampla.

O presente cenário faz com que os camponeses brasileiros em diferentes partes do país resistam. A eles cabem às possibilidades de continuarem produzindo nas suas pequenas propriedades e, claro, persistindo não apenas devido as dificuldades e condições impostas pelas raízes históricas do país, mas também pelas exigências da modernização no campo. Com isso, ressalta-se a importância da terra para a resistência e permanência do camponês no campo, ainda que se tenha pouca terra para produzir, garantir sua renda e sobreviver dignamente com sua família.

Com vistas nessa contextualização, este artigo tem como objetivo analisar a resistência enquanto persistência camponesa de Moita Bonita, do Estado de Sergipe. Leva-se em conta a investigação da estrutura fundiária do município nos anos de 1985, 1995/1996 e 2006, a predominância na pequena propriedade e a ênfase na diversificação dos cultivos, tais como batata doce, mandioca, amendoim, feijão, banana e hortaliças. Também, a utilização dos dados do Censos Agropecuários de 1985, 1995/96 e 2006 e as entrevistas com pequenos produtores contribuem para compreensão da realidade camponesa do município.

A partir dos dados, elaboram-se a Curva de Lorenz, com base em José Alexandre Felizola Diniz (1982), os resultados do Índice de Gini, tendo como referência Handresha da Rocha Santos (2016), e o gráfico da predominância atrelado à elaboração dos mapas do déficit habitacional e da pobreza, tudo no intuito de averiguar a permanência camponesa em Moita Bonita nos anos em questão. E, por fim, a fundamentação teórica parte dos levantamentos bibliográficos, aliados à coleta de dados no SIDRA-IBGE, para mapear os principais cultivos do município.

CAMPONÊS: PRESENTE!

A estrutura agrária do Brasil foi construída sob os moldes do modo de produção capitalista cuja força motriz está na concentração de terra, expropriação e exploração dos milhares de camponeses. São problemáticas formuladas pelos longos processos de formação histórica do país, desde as Capitâneas Hereditárias até os dias atuais. A Lei de Terras (1850), por exemplo, ao passo que instituiu a posse de propriedades de terras por meio da compra, efetivou a propriedade privada da terra e dificultou o acesso à terra para a classe mais pobre.

Daí, emergem as consequências negativas ao povo brasileiro, pois, como declara Oliveira (2001, p. 187):

[...] a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial.

A organização fundiária da terra nesse período esteve intimamente ligada aos ciclos de atividades econômicas, predominando o latifúndio como base para a produção de monoculturas destinadas à exportação através da exploração da força de trabalho escravo. Por seu caráter concentrador, explorador e segregador, formulou-se o espaço agrário do Brasil com reflexos nos dias atuais. No entanto, nesse mesmo espaço, emergiram inúmeras lutas sociais de resistência à posse e de permanência na terra, até porque

[...] os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornar em camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, [...]. (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Inicialmente, essas lutas foram representadas pelos povos indígenas e Quilombolas, e, mais recentemente, pelas Ligas Camponesas e pelos movimentos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Assim, desde o século XVI, ocorrem resistências por parte dos trabalhadores do campo, envolvendo não só a luta pela terra em busca da Reforma Agrária, mas também a afirmação do campesinato como grupo social com uma forma social de produção que contribui para o desenvolvimento local, regional, nacional e/ou global.

A luta pela terra no Brasil é marcada por vários tipos de violência contra aqueles que mais precisam. A posse significa reserva de valor e, principalmente, acúmulo de poder; e, nesse jogo das relações de poder, enquanto os capitalistas determinam esse fim, os camponeses buscam o acesso para sustentar sua família. Por isso, a Reforma Agrária pode desenvolver um papel importante no tocante à uma distribuição justa da posse da terra, já que

ela está concentrada nas mãos de uma pequena classe abastarda. Além disso, ela reforça a diversidade produtiva que abastece os mercados, como bem atesta Oliveira (2001, p.205):

Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo, uma parte dos pobres. Mas, a Reforma Agrária é também econômica, porque certamente levará a aumento da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado.

Mesmo diante de tanto esforço dos camponeses, nota-se as lutas discursivas para sua validação. De um lado, existem alguns estudiosos que negam essa identidade, outros afirmam que o campesinato está fadado ao desaparecimento e mais atestam uma substituição de camponeses para agricultores familiares assalariados. Por outro lado, vale ressaltar também aqueles que defendem a permanência dessa classe social que vive da/para a terra, por reconhecê-la como um meio de reprodução de suas gerações.

Apesar de o campesinato ter surgido no cerne de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e a margem do latifúndio escravista, o conceito de “camponês” ganha destaque nos anos 50. Nos anos 1970, por sua vez, surge o termo de “pequena produção” em detrimento ao de camponês e, na última década do século XX, manifesta-se a caracterização de “agricultura familiar”, também em detrimento ao camponês. Pensando nesse curso da construção das representações sociais, essas expressões fazem parte das estratégias de negação e apagamento do campesinato do cenário de luta pela terra para privilegiar as relações capitalistas no campo. No entanto, desde meados dos anos 1990, o campesinato ganhou força e ressurgido como identidade política devido a crítica ao incremento do modo de produção capitalista no campo e seus impactos negativos sobre a cultura e ao ambiente (MARQUES, 2008).

O camponês e sua família agem de diversas formas para poder manter uma conexão com a terra. Em tempos de dificuldades, trabalham temporariamente nas cidades ou no próprio campo como parceiro de outro camponês, vendem o excedente nas feiras por preços menores, dentre outras situações. E isso não apaga suas relações com a terra, ou seja, “O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra” (MARQUES, 2008, p. 65).

Além das dificuldades para se manter na terra, o camponês ainda sofre com preconceito proveniente das representações silenciadoras do seu modo de vida e da sua cultura. A semântica do termo, por exemplo, traz um forte aparato ideológico à medida que o

associam ao atraso, arcaico, isolado. Em compensação, mesmo diante dessa visão exclusiva e discriminatória, a luta e a persistência pela terra representam enorme significado para a sociedade em geral. Mesmo em pequenas parcelas de sua propriedade, o camponês se multiplica, produzindo de forma variada, garantindo seu sustento e diversificando as feiras livres com a venda do excedente produzido. É aqui que agrega importância para a sociedade, sem esquecer do fato de ser essa classe a provedora dos alimentos que abastecem as comunidades, municípios e estados. É o camponês que produz o alimento do brasileiro, já que o que se gera nos latifúndios é, em certa medida, para exportação, e firma a luta pela preservação de uma agricultura econômica, ambiental e socialmente sustentáveis.

DAQUI NÃO SAIO, DAQUI NINGUÉM ME TIRA

O município de Moita Bonita, localizado na região agreste de Sergipe, apresenta condições de solo e pluviosidade favoráveis para a produção de culturas na região, bem como a presença de poços reservatórios de água para irrigação. Com população total de 11.001 habitantes, trata-se de um dos municípios que detém maior número de habitantes na zona rural do que na zona urbana – população rural de 6.401 e população urbana de 4.600 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico para o ano de 2010 –, com baixos índices de *déficit* habitacional no campo e de pobreza.

Dentro dessas discussões, cabe compreender a questão da estrutura fundiária atual. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a propriedade da terra pode ser classificada através do módulo fiscal que é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município e varia de acordo com a região, considerando os seguintes fatores: (i) tipo de exploração dominante no município; (ii) renda obtida com a exploração predominante; (iii) outras explorações existentes no município, embora não predominantes, sejam significativas em função da área utilizada; (iv) e o conceito de propriedade familiar.

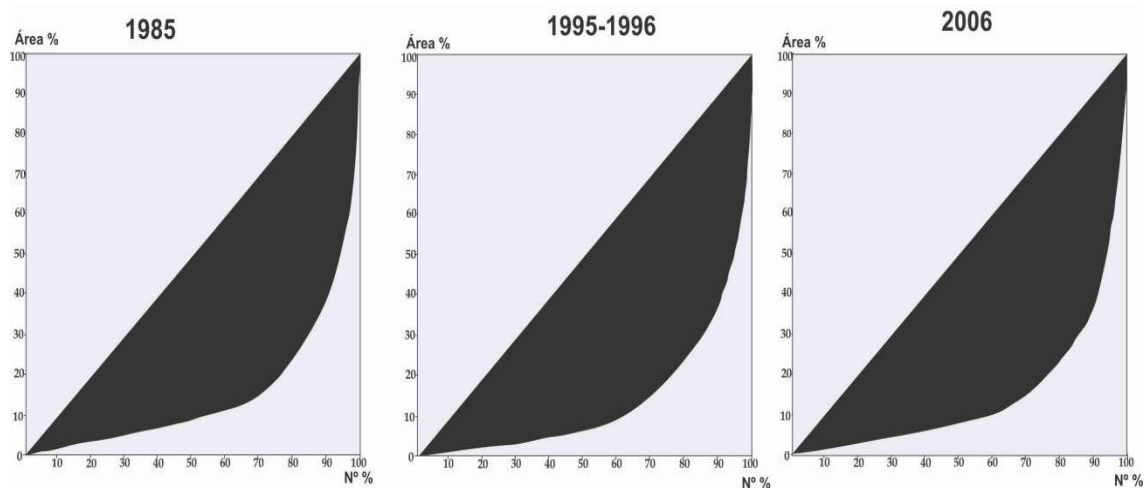
O módulo fiscal, por sua vez, classifica em minifúndio o imóvel rural com dimensão inferior a 1 módulo rural, em pequena propriedade o imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, em média propriedade o imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais e em grande propriedade ou latifúndio, o imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

Segundo o INCRA, “a pequena propriedade representa 60,0% dos imóveis cadastrados e ocupa somente 7,8% desta área. Já a grande propriedade, que representa 1,2% dos imóveis cadastrados, ocupa 55,0% desta mesma área”. Evidencia-se, pois, a desproporção da posse da terra no território brasileiro, marcado, desde sua formação territorial, pela concentração fundiária, pela expropriação do camponês e pelos consultivos nos latifúndios presentes até hoje. Nota-se, também, os processos de desenvolvimento da agricultura, como a mecanização do campo e a crescente adesão dos pacotes tecnológicos. Dessa forma, ao reconhecer a terra como espaço de moradia, lugar de trabalho, como meio de viver, de produzir alimentos e de adquirir renda para sua sobrevivência, compreende-se a relevância da posse da terra na resistência e permanência do camponês no campo, justificando, portanto, a importância do seu modo de vida e sua cultura.

Para demonstrar a importância da manutenção do camponês no município de Moita Bonita, passa-se pelas pesquisas nos Censos Agropecuários de 1985, 1995/96 e 2006, bem como a elaboração da Curva de Lorenz, com base em Diniz (1982), e os resultados do Índice de Gini, com apoio em Santos (2016) dos respectivos anos. Soma-se a isso à coleta de dados no SIDRA-IBGE dos principais cultivos e de alguns rebanhos presentes no município, e elaboração dos mapas de *déficit* habitacional e pobreza

A análise da curva de Lorenz leva em consideração que quanto mais próxima do centro a curva se encontrar, menor será a concentração; e quanto mais larga (mais próxima das extremidades), maior será a concentração. Ao observar as três curvas, é praticamente impossível perceber diferenças no formato, revelando ser fruto de uma manutenção do camponês no município de Moita Bonita, viabilizada pela resistência do pequeno produtor que, com unidades de tamanho ínfimo, ainda consegue sobreviver no/do campo. Essa condição direciona para a ocorrência da fragmentação da terra pelos camponeses, isto é, na divisão de terras para os filhos que se casam e recebem parte da propriedade como herança; e, ainda que em pequenas propriedades, reproduzem ali mesmo, garantindo à produção diversificada de cultivos, à subsistência e à persistência em permanecer no campo.

Figura 01: Curva de Lorenz do município de Moita Bonita – Sergipe, 2019



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1995 – 1996 e 2006
Organização: José Hunaldo Lima.

No tocante à confirmação dos resultados da curva de Lorenz, utiliza-se os valores do Índice de Gini dos anos analisados. Com base em Santos (2016), esse índice apresenta uma variação de 0 a 1, sendo que 0 representa a distribuição igualitária, ou seja, todos têm o mesmo tamanho de propriedade; por sua vez, o valor 1 apresenta a concentração máxima, é quando um único proprietário tem todas as terras e o restante não possui nenhuma.

Tabela 01: Índice de GINI para o município de Moita Bonita - Sergipe, 2019.

Índice de Gini	1985	95-96	2006
Moita Bonita	0,59	0,63	0,57

Fonte: SANTOS, 2016
Organização: SANTOS, NASCIMENTO e BATISTA, 2019

De acordo com os valores demonstrados na tabela, nota-se a manutenção da pequena propriedade, com os seguintes valores: ano de 85 (0,59); 95/96 (0,63); 2006 (0,57). E, como demonstrado na Curva de Lorenz, nos anos de 85, 95/96 e 2006 a estrutura fundiária permaneceu relativamente igual, com um leve aumento no ano de 1995/96, e em 2006 retorna a ser inferior a 0,60.

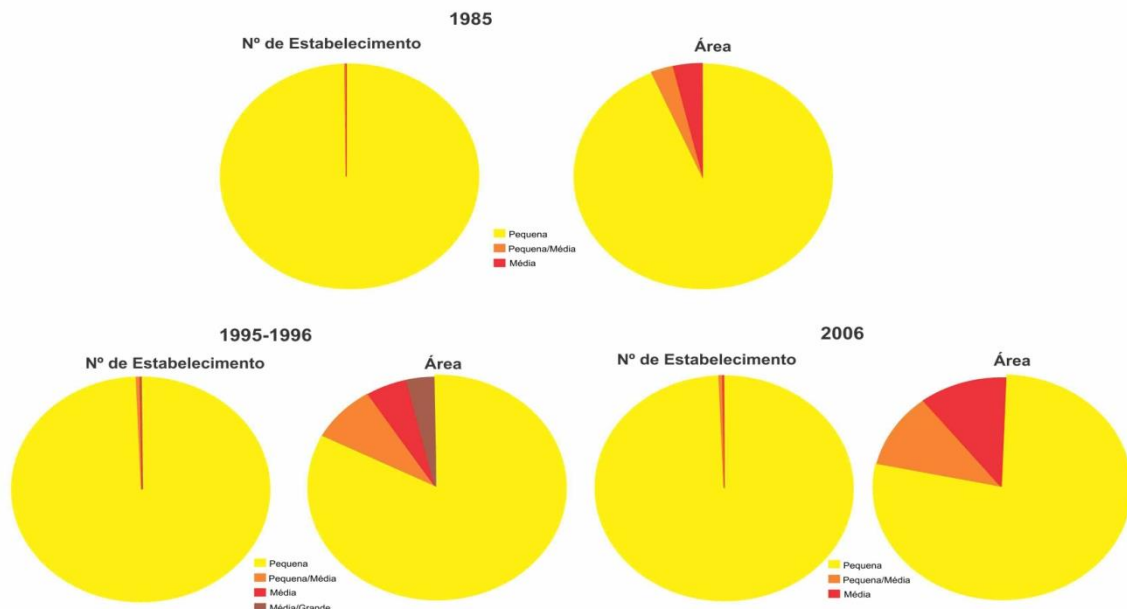
Quando se considera o módulo fiscal, percebe-se nos anos em questão a inexistência no município de propriedade que exceda os 15 módulos fiscais. Em outros termos, isso significa que em Moita Bonita só existem propriedades consideradas pequenas e médias, fator que impulsiona cada vez mais a importância camponesa no município.

Aliado a esses fatores que atestam a permanência do campesinato em Moita Bonita está o número de estabelecimentos e a área presentes no município. Em 1985, a maioria dos estabelecimentos se enquadram no setor de pequena propriedade, assim como também estas ocupam a maior área. Cabe ressaltar que neste ano existem apenas pequena, pequena/média e média propriedade. Já nos anos de 1995-96, além de um leve aumento nas propriedades pequena/média e média e o surgimento da média/grande, acontece a sua extensão e, em consequência, a redução na área ocupada pelas pequenas.

No ano de 2006, o cenário no campo volta a ter semelhanças com o ano de 1985, principalmente no que se refere às grandes propriedades, que já não existem mais devido a fragmentação. Em contrapartida, a área das pequenas/médias e médias teve um aumento considerável, diminuindo a área ocupada pelas pequenas. Veja-se a figura 02.

Ainda com relação da figura 02, observa-se que as mudanças durante o período em análise são pequenas. No entanto, chama-se atenção para o crescimento percentual da participação das médias e médias-grandes, não com o aumento da concentração de terras no município, através das incorporações das maiores, e sim pelo processo de fragmentação das menores (processo de minifundiarização), que o município vem sofrendo no decorrer dos últimos anos.

Figura 02: Predomínio do tamanho das propriedades no município de Moita Bonita – Sergipe, 2019



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1985, 1965 – 1996 e 2006

Organização: José Hunaldo Lima

O processo de minifundiarização favorece a ampliação do número de propriedades e, mesmo assim, não há a manutenção da mesma quantidade de terras em hectares. Ao tempo que possibilita a permanência e até ampliação do número de camponeses, ele contribui na mobilidade para a área urbana. Ora, em razão dos anos analisados, percebe-se que, pelo fato de alguns membros da família não terem as condições de se manterem no campo, acabam migrando para a cidade a procura de emprego.

O maior número de estabelecimentos prevalece entre as pequenas propriedades, confirmando a presença massiva dos camponeses. A tabela a seguir corrobora com a afirmativa, mesmo parecendo ser oposta. É um movimento de mão dupla: enquanto alguns camponeses resistem nas suas unidades – sem condições de aquisição de mais terras para a crescente família (com casamento dos filhos, os pais disponibilizam parte da propriedade para construir casas e sobreviverem da terra), ocorre o aumento de pessoas e estagnação no tamanho da propriedade –, outros vão às cidades em busca de oportunidades: estudos, empregos, entre outros.

Ao observar a tabela 02, destaca-se a diminuição vertiginosa da população no campo em grande escala em Sergipe, passando de quase 50% a pouco mais de 25% em 30 anos. Esse caso, de certa forma, é seguido por Moita Bonita, que sai de 86% para menos de 60% devido a fragmentação da terra.

Tabela 02: Taxa de ruralização em Moita Bonita e Sergipe- Sergipe, 2019.

Anos	População	Moita Bonita	Sergipe
1980	Urbano	1.207	617.851
	Rural	8.622	522.528
	% Rural	86,00	45,82
1990	Urbano	2.495	1002.877
	Rural	6.737	488.999
	% Rural	72,97	32,77
2000	Urbano	3.633	1.272.573
	Rural	7.367	512.255
	% Rural	66,97	28,70
2010	Urbano	4.600	1.520.366
	Rural	6.401	547.651
	% Rural	58,18	26,48

Fonte: SIDRA - IBGE

Organização: SANTOS, NASCIMENTO e BATISTA, 2019.

Ainda na análise da tabela, cabe uma observação: mesmo se mostrando uma destacada diminuição na taxa de ruralização, o município conta com um percentual acima de 50%. Isso revela duas coisas: (i) a força do camponês moitense e, em certa medida, (ii) a tabela não reflete a realidade local, haja vista que alguns camponeses, mesmo se fixando na cidade, ainda continuam com propriedade no campo, e boa parte de sua renda provém da labuta no roçado, como popularmente é denominado. Assim, ainda que o camponês migre para a cidade temporariamente e depois retorne a terra, é notória a sua persistência porque não rompe a ligação com ela.

No tocante à produção nos respectivos anos analisados no município de Moita Bonita, é possível observar a variedade de lavouras permanentes e temporárias, tais como amendoim, banana, feijão, manga, maracujá, melancia, milho, batata doce e mandioca, com destaque significativo para as duas últimas. Nas propriedades consideradas minifúndios, por exemplo, é típico encontrar uma ampla diversidade de culturas. Por um lado, mesmo diante da diversidade produtiva, algumas culturas podem reduzir ou chegar a desaparecer dos dados, como é o caso do algodão, da laranja e da fava para os anos de 1985, 1995-96 e 2006. Por outro lado, outras surgem, como é o caso do maracujá.

A produção de batata doce e macaxeira sofreram uma queda nos respectivos anos analisados, mas ainda são os principais produtos cultivados no município, representando importância na mesma na região. Dentro das culturas permanentes, a banana teve um aumento significativo; já a manga aumentou nos anos 1995-96 e reduziu em 2006. Mesmo com essa oscilação, a maioria das culturas vêm sendo mantidas, promovendo a policultura, responsável pelo abastecimento de alimentos da região e garantia da permanência do homem no campo.

Tabela 03: Produção da Lavoura em Moita Bonita - Sergipe, 2019.

Lavouras (Tonelada)	1985	95-96	2006
Algodão	9	-	-
Amendoim	104	43	43
Banana	28	61	840
Batata Doce	8.050	8.725	6.497
Fava	6	4	-
Feijão	130	565	62
Laranja	138	-	-
Mandioca	16.800	11.050	7.700
Manga	483	1.210	800
Maracujá	-	153	165
Melancia	175	6	11
Milho	196	212	92

Fonte: SIDRA – IBGE

Organização: SANTOS, NASCIMENTO e BATISTA, 2019.

Em entrevista de campo, outros produtos foram pontuados e não são contabilizados com maior ênfase nos Censos Agropecuários em análise. Um dos exemplos são as hortaliças (a exemplo do coentro, pepino, cebola e pimentão) que são mais frequentes nas menores unidades, compreendidas como as de tamanho inferiores a 1 hectare, favorecidos pela farta oferta de água. Tanto é que os agricultores entrevistados afirmaram ter em sua propriedade poço artesiano, com oferta do recurso hídrico durante todo ano.

Somado a isso há a criação de rebanhos equino, caprino, ovino, bovino, galináceo e suíno, com maior relevância para os três últimos. Fruto dessa atividade pecuarista, existe ainda a extração de derivados, como leite e ovos. E é através dessa multiplicidade de funções que o campesinato moitense permanece ultrapassando gerações e atestando a importância da posse da terra, seja para promover a diversidade de produção ou para reduzir a pobreza e o déficit habitacional no campo. Veja-se a tabela 04:

Tabela 04: Derivados de Animais em Moita Bonita- Sergipe, 2019.

Tipos de derivados	1985	95-96	2006
Vacas ordenhadas	580	430	634
Leite (mil litros)	244	248	467
Média anual vaca/litros	420	577	737
Ovos (mil litros)	50	33	55

Fonte: SIDRA - IBGE

Organização: SANTOS, NASCIMENTO e BATISTA, 2019.

Em adição aos cultivos, a criação de animais também possui relevância para a sustentação do campesinato no município. Os maiores destaques estão nos rebanhos bovino,

suíno e galináceo. O primeiro teve uma queda nos anos 1995-96, mas em 2006 recuperou sua produtividade; já o segundo e o terceiro tiveram aumentos significativos nos anos em análise. Associada a essa criação está a extração dos derivados, com destaque para o acréscimo na produção de leite em todos os anos analisados, tanto na quantidade como na média, o que reforça o uso cada vez mais intensivo do rebanho ligado à melhoria na genética do plantel. Veja-se a tabela 05:

Tabela 05: Efetivo do Rebanho em Moita Bonita- Sergipe, 2019.

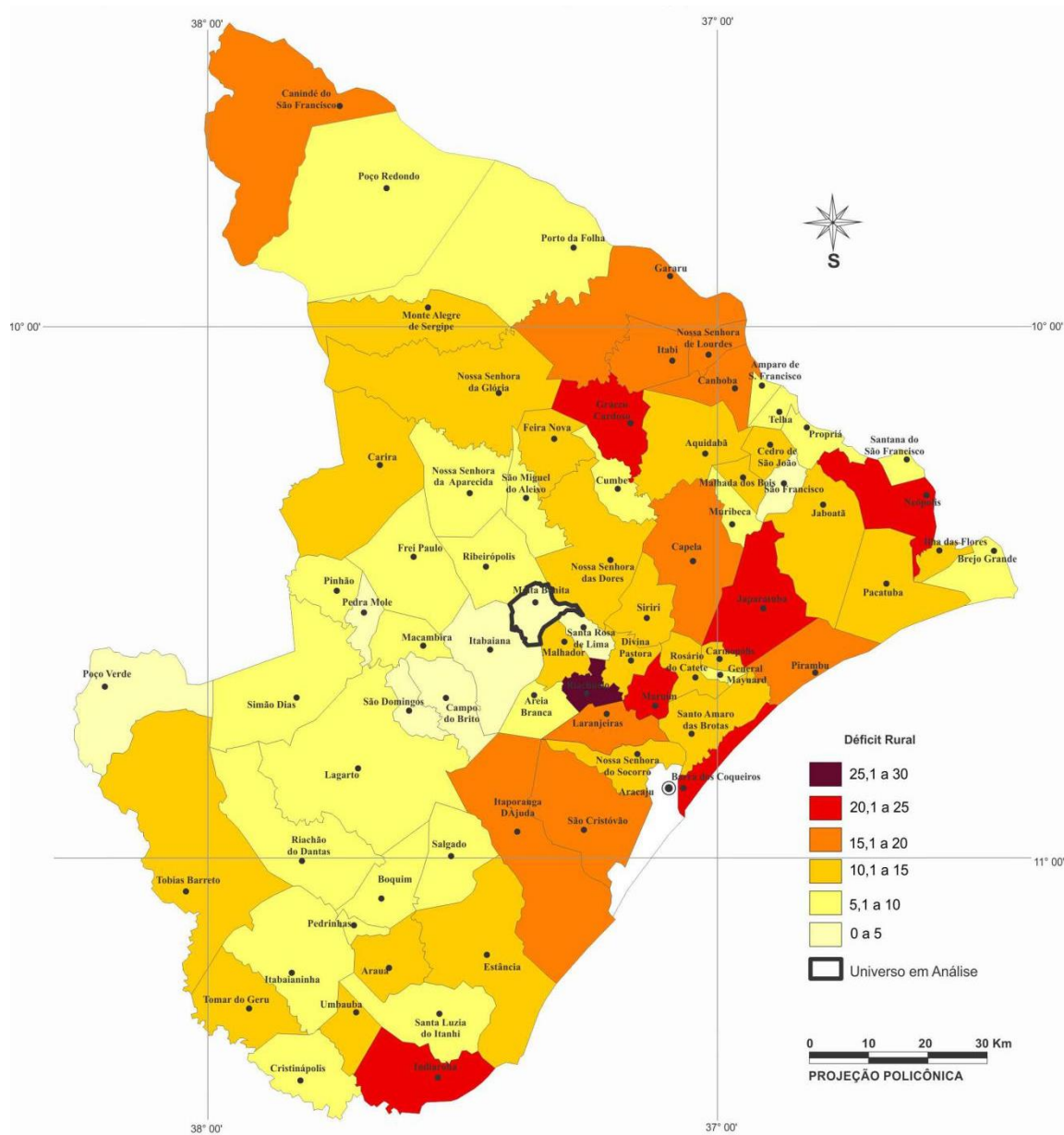
Rebanhos (Cabeças)	1985	95-96	2006
Bovino	5.750	4.792	5.614
Equino	400	225	280
Suíno	260	842	1.450
Caprino	265	85	120
Ovino	265	300	540
Galinácea	5.000	5.750	8.815

Fonte: SIDRA - IBGE

Organização: SANTOS, NASCIMENTO e BATISTA, 2019.

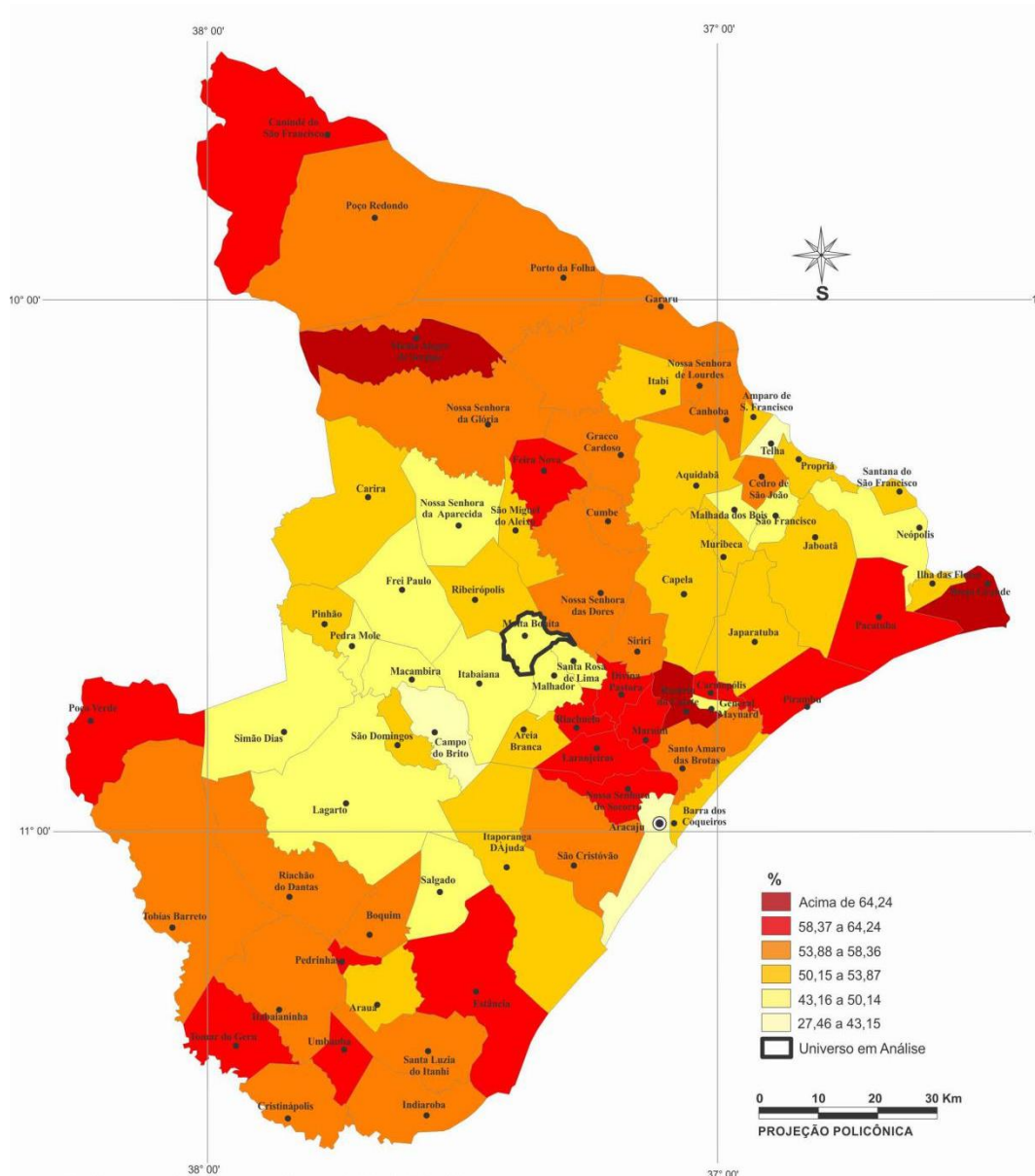
A importância da resistência do camponês no município é confirmada tanto pela elevada quantidade de pequenas propriedades como pela diversificada produção de alimentos, provenientes, claro, da permanência no campo por parte considerável da população. Não só isso, mas também a relevância é ainda mais visível quando se observa os baixos índices de *déficit* habitacional rural e de pobreza no campo, que se encontra entre os menores de Sergipe. É o reflexo da força do campesinato na região Agreste de Itabaiana, pois, com um fator agrário forte e diversificado, consegue manter o camponês no campo. Logo, como proposto no decorrer do trabalho, a qualidade de vida no campo dessa região sobressai sobre as demais e um fator importante para se comprovar tal assertiva é o baixo *déficit* habitacional. Veja-se o mapa abaixo:

Mapa 01: Déficit Habitacional no campo, Sergipe, 2019



Software de Cartomática: PHILCARTO
Elaboração: José Hinaldo Lima
Fonte de dados: Fundação João Pinheiro, 2019.

A terra tem destacada relevância por servir de propriedade para moradia, de local para trabalhar, assim como meio de viver, de produzir alimentos e de adquirir renda para sua sobrevivência. Portanto, a posse da terra tem grande significado no que diz respeito à reprodução e subsistência dos camponeses.



Mapa 02: Incidência de Pobreza em Sergipe, 2019

Software de Cartomática: PHICARTO
 Elaboração: José Hunaldo Lima
 Fonte de dados: <http://cidades.ibge.gov.br>

A partir da observação do mapa 02, nota-se que Moita Bonita se enquadra em um dos municípios sergipanos que apresenta as menores incidências de pobreza. Aqui, mais uma vez, reafirma-se a força camponesa na região agreste de Itabaiana, que se caracteriza pelas menores concentrações de terras e destacada diversificação dos cultivares e baixos índices de *déficit* habitacional. São fatores impulsionadores da menor taxa de pobreza, sobretudo ao

comparar com municípios de alta concentração de terra e alta taxa de monoculturação, a exemplo de Laranjeiras na região da Cotinguiba.

Segundo o Relatório da Oxfam, *Terrenos da Desigualdade* (OXFAM BRASIL, 2016, p. 14), “o desenvolvimento local e a superação da pobreza no Brasil estão associados, entre outros fatores, a distribuição de terras e de recursos agrícolas. Altos índices de concentração fundiária trazem graves consequências para o desenvolvimento, em especial no âmbito municipal”. Nesse sentido, vê-se como a pobreza e a desigualdade brasileira tem íntima relação com a distribuição de terra desigual. A retirada dos meios de produção do homem é a base da engrenagem do capitalismo, sustentando, assim, seu funcionamento, e, conseqüentemente, suas contradições. Tão logo, a separação do homem com a terra acarreta na transformação do camponês em trabalhador assalariado, expropriado e explorado, por vender sua força de trabalho a capitalistas por remunerações baixas, resultando, com isso, em problemas sociais e na continuidade das desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de gráficos, tabelas e mapas, passando pelos estudos do conceito de camponês e somando as entrevistas de campo colaboram para fomentação de pesquisas que reconheçam a importância do camponês. Nessa perspectiva, mesmo com pouca terra, é importante frisar que o camponês de Moita Bonita resiste enquanto persiste no campo e na história, produzindo e garantindo sua fonte de renda, seu modo de vida e sua cultura. Apesar de todas as adversidades promovidas pela alta concentração de terras no país, com propriedades extremamente reduzidas – quase 50% do total de propriedades com tamanho inferior a 1 hectare –, esse grupo ainda produz para o sustento e o excedente vende na feira, confirmando, portanto, a permanência no campo moitense e a sua importância no cenário local e regional

Nos últimos anos, o parcelamento das unidades camponesas no município vem comprometendo a vida no campo, haja vista a gradual diminuição do percentual da taxa da população. Por outro lado, como boa parcela dos camponeses persiste e resiste na/da terra, reafirma-se a necessidade de uma Reforma Agrária no país. Promover a reorganização da estrutura fundiária abre espaço para que outros municípios e camponeses produzam em suas terras e, em consequência, não necessitem vender a força de trabalho nas grandes

propriedades ou migrar para as grandes cidades. E é fato da resistência enquanto persistência: a posse e a permanência na terra asseguram sua autonomia de produzir diversificadamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, IBGE. Censo Agropecuário, 1985.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1982.

Fundação João Pinheiro, 2010

_____, IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

_____, IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

_____, IBGE. Censo Demográfico, 2010

IBGE. **Cidades, 2019**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 jun. 2019.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. Brasília: INCRA, 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, ano.11, n.12, p. 57-67, Jan-jun. 2008. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**. [s.l.], v. 15, n. 43, p. 185-206, dez./2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>. Acesso em: 22 ago. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed, São Paulo: Contexto, 2001.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. Informe da Oxfam Brasil, nov.2016.

Informações sobre as autoras:

Tays Almeida dos Santos

Graduanda em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe, Campus de Itabaina; bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Geografia, taysalmeida02@gmail.com
ORCID: 0000-0002-0007-5668

Luana Monteiro do Nascimento

Graduanda em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe, Campus de Itabaiana; bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Geografia, luannamais789@hotmail.com
ORCID: 0000-0002-6049-4861

Islane Silva Batista

Graduanda em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe, Campus de Itabaiana; bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Geografia, islane9815@gmail.com

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020